



European Economic and Social Committee

# CESE info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Março 2018 | PT

## Línguas disponíveis:

bg cs da de el en es et fi fr hr hu it lt lv mt nl pl pt ro sk sl sv

## Editorial



Caros leitores,

Este será o meu último editorial como vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação.

Foram dois anos e meio cheios de desafios, alegrias, responsabilidades e bastantes preocupações.

Não me cabe a mim fazer o balanço deste mandato à frente da comunicação do nosso Comité. Antes, tomo a liberdade de me dirigir a todos com palavras de agradecimento.

Encaro o trabalho no CESE com muita seriedade. Ser membro deste organismo de consulta da União Europeia é uma oportunidade séria de intervir positivamente no processo e na construção europeia.

Hoje como há 60 anos, o papel do CESE faz sentido. Hoje como há 60 anos, a Europa é o caminho para a paz e para o crescimento e a sociedade civil organizada tem de continuar a participar ativamente neste projeto único.

Enquanto membro do CESE, entendo que tenho, tal como todos os membros, uma responsabilidade acrescida.

Claro que a responsabilidade de representar a minha confederação industrial, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal, entidade que me indigitou para o organismo de consulta da UE, é uma honra que assumo com um enorme orgulho. Mas não posso deixar de referir a minha responsabilidade individual, enquanto cidadão europeu. Essa responsabilidade que me impele diariamente na tentativa de ser melhor trabalhador,

melhor membro, melhor cidadão, melhor pessoa. Essa responsabilidade foi sem dúvida muito mais clara desde que participe nos trabalhos do CESE e foi reforçada nestes dois anos e meio à frente da comunicação do nosso Comité.

Daí ter tido um foco enorme em criar as melhores condições para que todos os membros pudessem comunicar e honrar o trabalho que fazem no CESE e assumirem a sua responsabilidade de serem representantes da sociedade civil de todos os Estados-Membros.

Como disse, foram muitos os desafios e alegrias. Mas também foram muitas as preocupações. A Europa foi muito questionada nestes últimos anos. A cada eleição, a inquietação aumentou, e com ela a perplexidade perante alguns resultados.

Mais do que ficarmos perplexos, temos de entender as mensagens. Se estamos a assistir a alguns movimentos extremistas por essa Europa fora, não podemos ficar fora do debate. E se acreditamos vivamente no projeto europeu, temos de assumir que tudo, mas tudo o que fazemos poder tem impacto no que queremos para o futuro da Europa.

É por isso que volto a insistir: mais do que comunicar a instituição «CESE», tivemos a preocupação de comunicar o trabalho do Comité enquanto pilar da construção europeia. E esse trabalho é feito pelos membros, com a ajuda de todo o pessoal – que aproveito para saudar e agradecer todo o incrível apoio prestado neste mandato. Os membros, tal como eu, têm de assumir a sua condição de construtores da Europa. Porque temos essa responsabilidade!

Que não seja por falta de ferramentas de comunicação que o deixem de fazer.

Obrigado a todos por este fantástico mandato. Continuarei por aqui e sempre disponível para assumir a responsabilidade de contribuir para uma Europa de paz, crescimento e responsabilidade e reforçada pelo papel do CESE e da sociedade civil organizada. Não percam tempo!

Gonçalo Lobo Xavier

Vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação

## Agenda

15/03/2018 - 16/03/2018

Bruxelas

**A tua Europa, a tua voz!**

20/03/2018

Sófia, Bulgária

**Dia Europeu do Consumidor**

10/04/2018

Bruxelas

**Dia da ICE 2018 - Trabalhar em conjunto**

18/04/2018 - 19/04/2018

Bruxelas

**Reunião plenária do CESE**

## Em síntese

### Unidos na diversidade: um futuro mais jovem para a cultura europeia



O título da nona edição da iniciativa «A tua Europa, a tua voz», que terá lugar nos próximos dias 15 e 16 de março, é inspirado no lema da União Europeia. Este evento do CESE dedicado à juventude será consagrado ao Ano Europeu do Património Cultural.

O CESE convidou 99 alunos com idades entre 16 e 18 anos a viajar até Bruxelas para formular recomendações à UE sobre o património cultural europeu. Os participantes, oriundos dos 28 Estados-Membros e dos cinco países candidatos à adesão, deverão propor medidas para proteger e promover melhor o património cultural da Europa, que proporciona 300 000 empregos diretos e 7,8 milhões de empregos indiretos.

Antes de vir a Bruxelas, os jovens participantes e a sua turma receberam a visita de um membro do CESE, que lhes forneceu informações sobre a UE, o CESE e a iniciativa. Em Bruxelas, o presidente do CESE, Georges Dassis, abrirá os trabalhos, seguido da secretária-geral da Europa Nostra, Sneška Quaedvlieg-Mihailović, e da jovem atriz belgo-grega Daphne Patakia. Seguidamente, os alunos trocarão ideias e formularão 10 recomendações, selecionando, por último, as três melhores propostas através do sistema de votação dos membros do Comité. A sessão será moderada por Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE.

[A edição de 2018 de «A tua Europa, a tua voz»](#) oferecerá aos participantes uma oportunidade única para trocar pontos de vista com outros jovens e, ao mesmo tempo, ficar a conhecer melhor a UE e o papel do CESE. (dv)

### O futuro da democracia na Europa está diretamente ligado a uma Europa pacífica e federal



O futuro da democracia na Europa foi debatido numa conferência europeia de dois dias, organizada pelo presidente do CESE, **Georges Dassis**, no Museu da Acrópole, em Atenas, em 1 e 2 de março. Numa sala cheia de participantes ativos e empenhados, provenientes das instituições da UE, do Governo grego, das organizações da sociedade civil e das universidades, Georges Dassis advogou claramente uma Europa federal, pacífica, que defenda a solidariedade e o bem-estar dos seus cidadãos.

«**O populismo, que está a aumentar de forma perigosa nos países europeus, não pode ser combatido com palavras.** A União Europeia deve oferecer respostas concretas às necessidades dos cidadãos em matéria de segurança e emprego, e assegurar um futuro para os seus filhos», afirmou o presidente do CESE, Georges Dassis. «Queremos uma União capaz de garantir a igualdade de oportunidades para todos. A fim de combater o populismo e ultrapassar a frustração sentida pelas pessoas mais vulneráveis nos nossos países, é chegado o momento de trazer os aspetos sociais para primeiro plano, sem, evidentemente, deixar que a economia da UE se desmorone.»

Georges Dassis apelou para a criação de um **ministro das Finanças europeu, que seja eleito e assegure a prestação de**

**contas.** Mencionou as próximas eleições europeias e manifestou o seu apoio à criação de listas transnacionais, que podem garantir que os pontos de vista dos cidadãos são tidos em conta, salientando que «de outra forma, as eleições centrar-se-ão em questões nacionais, não europeias».

Num evento paralelo à conferência, Georges Dassis recebeu um prémio do Comité Económico e Social grego, pela dedicação e apoio demonstrados a favor do diálogo social na Europa. (ks)

## **Legislação da UE deve incluir mais medidas para assegurar os direitos das mulheres com deficiência**



As mulheres com deficiência devem poder tomar decisões sobre questões que lhes dizem respeito e estar fielmente representadas nas instituições públicas – foi esta a mensagem transmitida pelas organizações das pessoas com deficiência numa conferência dedicada ao tema «Mulheres com deficiência na UE: situação e perspetivas futuras», realizada no Comité Económico e Social Europeu.

A maioria dos oradores concordou que as mulheres com deficiência vivem numa situação mais desfavorecida do que os homens com deficiência e que, apesar dos progressos realizados, ainda enfrentam uma dupla discriminação na UE. Foi salientado que as mulheres com deficiência não são especificamente abordadas nas políticas. Os oradores destacaram a necessidade de promover uma legislação a nível da UE que proteja os direitos das mulheres com deficiência em particular. Afirmou-se que deve ser prestada especial atenção à

violência contra as mulheres com deficiência, dado que são mais suscetíveis de ser vítimas de violência doméstica. A conferência contou com a participação de representantes de várias organizações das pessoas com deficiência, bem como da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. (mb/ia)

## **Notícias do CESE**

### **Papel da Turquia na crise dos refugiados é crucial, mas há margem para melhorar**



Num [parecer](#) adotado na reunião plenária de fevereiro, o **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** afirmou reconhecer os esforços envidados pela Turquia para acolher mais de três milhões de refugiados, mas salientou a necessidade de esta lhes conceder a proteção não discriminatória exigida pelo direito internacional.

O CESE criticou o facto de os refugiados na Turquia enfrentarem «uma série de restrições, problemas e deficiências graves no que diz respeito ao acesso ao trabalho, bem como a serviços básicos como cuidados de saúde e apoio social, educação e, de uma forma geral, a processos de integração na sociedade.»

Por outro lado, o desempenho dos Estados-Membros da UE em matéria de reinstalação e recolocação dos refugiados continua a ser dececionante, salientou o relator **Dimitris Dimitriadis**, acrescentando que o CESE condenou veementemente a atitude xenófoba de alguns Estados-Membros face à crise dos refugiados.

Dimitris Dimitriadis assinalou ainda que o CESE solicita a criação de um mecanismo para controlar se ambas as partes estão a respeitar a Declaração UE-Turquia sobre os refugiados, adotada em 2016, a fim de coartar a migração ilegal.

O CESE manifestou também preocupação com a situação dos direitos humanos na Turquia, bem como com os crescentes obstáculos enfrentados pelas organizações da sociedade civil turcas, atendendo ao seu importante contributo para a situação humanitária dos refugiados.

«É um enorme desafio para um país acolher tantos migrantes, mas isso não o iliba da responsabilidade de os receber de um modo digno», sustentaram os membros do CESE durante o debate sobre o parecer. (ll)

### **CESE convidado a participar no projeto de consulta dos cidadãos europeus de Emmanuel Macron**



**O CESE desempenhará um papel fundamental nas consultas públicas propostas pelo presidente francês, uma vez que as iniciativas desenvolvidas diariamente pelo CESE, ao permitirem à sociedade civil ter uma palavra a dizer na construção da Europa ao mais alto nível, estão fundamentalmente em consonância com a ideia subjacente a estas consultas. Esta foi a mensagem veiculada por Nathalie Loiseau, ministra francesa para os Assuntos Europeus, na sua intervenção na reunião plenária do CESE, em Bruxelas, no dia 15 de fevereiro.**

A ministra apresentou o projeto do presidente francês, Emmanuel Macron, de lançar uma série de consultas públicas em todos os Estados-Membros para reconstruir a Europa com base nas aspirações e propostas, mas também nas críticas e preocupações manifestadas pelos cidadãos europeus durante as consultas.

«Trata-se de dar aos cidadãos europeus uma nova oportunidade para se exprimirem para que [...] possamos identificar os domínios

em que as pessoas consideram que a presença da Europa é demasiado fraca, aqueles em que pretendem que a Europa intervenha de maneira diferente e aqueles em que possam, porventura, sentir que a Europa é demasiado intrusiva», explicou a ministra.

O que se pretende é mobilizar um número muito significativo de pessoas mediante a realização de debates em formato clássico, consultas em linha e eventos de participação democrática.

O presidente do CESE, **Georges Dassis**, saudou a iniciativa, recordando as duas séries de consultas alargadas – inspiradas na mesma filosofia – que o CESE realizou nos últimos dois anos nos Estados-Membros da UE: uma dedicada à situação dos migrantes e outra ao Livro Branco sobre o Futuro da Europa.

A ministra anunciou que 24 países da UE já se tinham comprometido a participar nas consultas, que se deverão realizar entre abril e outubro de 2018. As conclusões deverão contribuir para um estudo dos chefes de Estado e de governo, que analisarão as recomendações no Conselho Europeu de dezembro de 2018. (dm)

---

## Lições aprendidas com a austeridade tornam obrigatória uma mudança de rumo



**A gestão das futuras crises deve permitir um melhor equilíbrio entre objetivos orçamentais e sociais, para prevenir efeitos negativos sobre a capacidade económica, o mercado de trabalho e os regimes de segurança social dos países afetados. Em vez de uma austeridade restritiva, as instituições da UE deveriam aplicar políticas que favoreçam a cooperação económica, o crescimento e a solidariedade, insta o CESE no seu Parecer de Iniciativa - [Ensinamentos do passado para evitar a severidade das políticas de austeridade na UE](#).**

«As instituições da UE devem ser as únicas responsáveis pelo desenvolvimento e pela execução dos programas de ajustamento, mesmo que sejam criadas parcerias com instituições externas», afirmou o relator, **José Custódio Leirião** (Interesses Diversos, PT). «Este aspeto é fundamental, uma vez que esses programas têm de estar em sintonia com os nossos valores e objetivos comuns e evitar as incoerências e insuficiências do passado.»

Com base na experiência adquirida com a última crise, as instituições da UE devem assegurar que os parceiros sociais e os representantes da sociedade civil participem, em pé de igualdade com outros organismos, na elaboração, na monitorização periódica e na avaliação de tais programas.

O CESE congratula a Comissão pela ambição de reforma do euro, abandonando as políticas de austeridade e aprofundando a União Económica e Monetária (UEM), pois considera que uma UEM reformada e completada tornará a UE mais resistente aos choques assimétricos e ajudará a prevenir novas crises.

No entanto, o CESE insta a Comissão a elaborar programas complementares para a recuperação económica e social dos países que estiveram/estão sujeitos à austeridade e entende que a Comissão deve propor medidas para enfrentar, ao nível da UE, o aumento da pobreza e preservar a proteção social. (jk)

---

## CESE apresenta propostas para que a cibersegurança seja uma realidade



**A UE deve reforçar o mandato da ENISA, enquanto a Agência da UE para a Cibersegurança, criando um quadro de certificação a nível europeu, e deve centrar a atenção na educação e na proteção dos utilizadores da Internet.**

Num [parecer](#) adotado na reunião plenária de fevereiro e elaborado por **Alberto Mazzola** e **Antonio Longo**, o CESE apoia amplamente o [Pacote Cibersegurança](#) apresentado pela Comissão Europeia.

De acordo com um inquérito Eurobarómetro Especial sobre as atitudes dos europeus em relação à cibersegurança, 73% dos utilizadores da Internet receiam que as suas informações pessoais em linha possam não estar guardadas em segurança nos sítios Web e 65% receiam que possam não estar protegidas pelas autoridades públicas. A maioria dos inquiridos está preocupada com a possibilidade de vir a ser vítima de diversas formas de cibercriminalidade, especialmente através de *software* malicioso nos seus dispositivos (69%), roubo de identidade (69%) e fraude bancária em linha e com cartões bancários (66%).

A fim de reforçar o quadro europeu para a cibersegurança, o Comité propõe algumas medidas práticas.

- **Fortalecimento da Agência da UE para a Cibersegurança**

O CESE concorda com a Comissão em tornar permanente o mandato da **Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA)**. Contudo, considera também que a ENISA deve dispor de mais recursos e centrar a sua ação no apoio à administração pública em linha e à identidade digital dos cidadãos e das organizações.

- **Certificação europeia da cibersegurança**

O Comité entende que deve ser criado um **quadro europeu de certificação da cibersegurança** com requisitos diferentes para os diversos setores. Os sistemas de certificação deverão ajudar a aumentar a segurança em função das necessidades atuais e do conhecimento sobre ameaças e devem assentar em normas europeias de cibersegurança e das TIC, definidas em conjunto e reconhecidas internacionalmente.

- **O fator humano: educação e proteção**

O CESE é de opinião que a proposta da Comissão deve incidir mais na **melhoria das competências em matéria de cibersegurança** junto das pessoas e empresas e recomenda três linhas de ação: programas de formação e aprendizagem ao longo da vida, campanhas de sensibilização e a criação de um programa curricular certificado pela UE para estudantes do ensino secundário

e para profissionais. (mp)

Fotografia: Alberto Mazzola e Antonio Longo, respetivamente relator e correlator do Parecer do CESE – Regulamento Cibersegurança.

---

## **Reforma do SESF é um passo importante rumo à conclusão da UMC**



**A favor da rápida criação da União dos Mercados de Capitais (UMC), o CESE apoia as propostas da Comissão que visam reformar os órgãos do Sistema Europeu de Supervisão Financeira (SESF), aumentando as suas competências e melhorando a sua governação e financiamento.**

«As reformas propostas constituem um passo importante rumo a uma maior integração e convergência», afirmou **Daniel Mareels** (Empregadores, BE), relator do [Parecer – Sistema Europeu de Supervisão Financeira \(SESF\) – Reformas](#). «Criam novos componentes para a realização da UMC e asseguram mercados financeiros bem regulados, fortes e estáveis».

No entender do Comité, o bom funcionamento da UMC com supervisão integrada contribuiria para aumentar as operações transfronteiras, ao passo que a partilha dos riscos transfronteiras no setor privado tornaria os Estados-Membros mais resistentes aos choques assimétricos e contribuiria para a recuperação económica na área do euro.

O CESE considera que as reformas do SESF devem contribuir para alcançar o objetivo de um supervisor único europeu dos mercados de capitais, mas que novas medidas rumo à integração exigem o diálogo e a concertação com todas as partes interessadas.

No que se refere à definição das competências das autoridades de supervisão nacionais e europeias, o CESE apela para a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, sempre que possível, e para a garantia de clareza e segurança jurídica. O CESE defende ainda que as lacunas na supervisão que impedem a realização da UMC devem ser colmatadas.

Numa perspetiva de futuro, o CESE considera que os novos desenvolvimentos e tecnologias, tais como a tecnologia financeira (*FinTech*), bem como um financiamento mais sustentável, devem refletir-se no sistema de supervisão. Por último, o Comité apela a que se assegure a transparência de eventuais modificações na distribuição dos custos, bem como um controlo adequado dos recursos globais. (jk)

---

## **CESE quer mais investimento público para promover o crescimento económico na UE**



**No seu recente parecer sobre a Análise Anual do Crescimento (AAC) 2018 apresentada pela Comissão, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) sublinhou a importância estratégica do Semestre Europeu, mas mostrou-se a favor de o alargar com o fito expresso de garantir a sustentabilidade económica, social e ambiental das políticas macroeconómicas da UE.**

O Comité louvou a introdução de indicadores sociais (o chamado painel social) na AAC 2018, medida que, em seu entender, reforça a dimensão social do Semestre Europeu.

«O CESE defende que o Semestre deverá apoiar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais para que se torne uma ferramenta de melhores condições de vida e de trabalho para os cidadãos. Gostaríamos de ver a integração dos objetivos do pilar nas políticas e nas decisões

adotadas», afirmou **Dimitris Dimitriadis**, relator do parecer.

O Comité declarou que continuaria a contribuir para o Semestre Europeu, mas também assinalou a necessidade de **de aumentar a participação da sociedade civil e de fomentar o investimento público.**

O investimento público deve abranger o estímulo do investimento social em medidas em prol do ensino e da formação, bem como da melhoria dos serviços públicos, das infraestruturas de assistência e da coesão social em toda a UE, com vista a desenvolver o capital humano, garantir uma mão de obra qualificada e lograr uma dimensão social forte.

O CESE venceu ainda a necessidade de uma abordagem não sistémica das reformas estruturais, que deverão ser realizadas apenas quando necessário. (ll)

Na fotografia: Dimitris Dimitriadis, relator do CESE

---

## **UE deve adotar medidas para o setor da tecnologia médica**



**Segundo o Comité Económico e Social Europeu (CESE), reunido em Plenária em 14 de fevereiro, cabe às instituições europeias liderar a otimização do setor europeu da tecnologia médica, cujo desempenho se encontra minado pela fragmentação excessiva e as crescentes pressões concorrenciais.**

No seu Parecer – [Mutações industriais no setor da saúde](#), o CESE alerta para os concorrentes já estarem às portas da Europa. Por conseguinte, as negociações comerciais têm de assegurar uma produção europeia de acordo com as últimas tendências no que respeita à cobertura universal dos cuidados de saúde.

«É da responsabilidade da UE racionalizar o setor da tecnologia médica, reunir as iniciativas desenvolvidas nos diferentes países e regiões e adaptá-las aos desafios mundiais. Os governos, as companhias de seguros, as entidades reguladoras, os doentes, os representantes do pessoal médico e a indústria europeus devem colaborar e unir-se para desenvolver uma estratégia comum», afirmou o relator [Joost van Iersel](#).

«Além disso, o fator humano é fundamental», acrescentou o correlator [Enrico Gibellieri](#). «A transição para um novo setor da saúde e dos cuidados exige abertura de espírito, novas formas de profissionalismo e uma nova conceção do trabalho ligado à saúde e aos cuidados. Há que reforçar o diálogo europeu sobre os serviços de saúde e sociais, colocando especial ênfase no ensino e nos programas de formação, bem como na qualidade das condições de trabalho.»

Embora a tecnologia médica seja um setor dinâmico que ainda mantém uma posição de liderança, os desafios que enfrenta atualmente – como as práticas comerciais desleais e uma elevada fragmentação – exigem uma resposta imediata, que lhe permita adaptar-se rapidamente a um ambiente em constante evolução. (sma)

---

## **Ação climática: Temos de enviar um sinal forte aos intervenientes não estatais**



**No seu Parecer - [Promover ações climáticas por intervenientes não estatais](#), o Comité Económico e Social Europeu (CESE) propõe um diálogo europeu, cujo principal objetivo seria tornar a participação na luta contra as alterações climáticas mais atrativa para os diversos intervenientes não estatais, de modo a torná-la o novo *status quo*.**

«Já temos muitos projetos de pequena dimensão em energia, transportes, agricultura, silvicultura, entre outros. Há que conferir-lhes mais visibilidade e mais apoio, seja por meio de uma melhor regulamentação ou de um acesso mais fácil ao financiamento. Importa enviar uma mensagem forte e positiva às pequenas empresas e à sociedade civil», afirmou o relator, [Mindaugas Maciulevičius](#).

De acordo com um inquérito realizado pelo CESE junto dos intervenientes não estatais, as necessidades mais prementes são:

- enquadramento político e legislativo favorável;
- acesso a fundos públicos e incentivos fiscais;
- intercâmbio de conhecimentos e boas práticas/exemplos a seguir, e reforço das capacidades;
- melhor colaboração entre os diversos intervenientes do setor privado e público.

«Apesar da sua forte liderança a nível mundial, a UE não dispõe de um quadro que crie um ambiente favorável a ações climáticas não estatais. É nossa função recordar à Comissão a sua responsabilidade», acrescentou o correlator, [Josep Puxeu Rocamora](#).

O diálogo europeu deve responder às necessidades dos intervenientes não estatais, privilegiar a articulação estratégica dos programas, iniciativas e instituições e fornecer uma visão global das ações climáticas. O primeiro passo para o diálogo europeu será um evento a realizar em 2018, reunindo redes de intervenientes, bem como representantes de outras instituições da UE e dos Estados Membros. (sma)

---

## **Proposta da Comissão sobre o livre fluxo de dados não pessoais na UE é pouco ambiciosa, afirma o CESE**



**A [proposta](#) da Comissão Europeia chega tarde e peca por falta de ambição e coerência, além de não dispor de mecanismos convincentes para a sua efetiva implementação.**

No seu [parecer](#) sobre o livre fluxo de dados não pessoais na UE, elaborado por **Jorge Pegado Liz** e adotado na reunião plenária de fevereiro, o CESE toma posição contra a abordagem adotada pela Comissão Europeia.

O Comité salienta que uma iniciativa legislativa no domínio do livre fluxo de dados não pessoais é fundamental para alcançar os objetivos da Agenda Digital e da realização do mercado único digital.

No entanto, o CESE considera que a Comissão não responde verdadeiramente aos três objetivos mais importantes e, por conseguinte, não pode dar o seu aval ao texto atual. «Esta proposta não contribuirá para a consecução dos objetivos básicos», observou **Jorge Pegado Liz**. «Tem de se inscrever numa abordagem mais abrangente; deve constituir um primeiro passo de uma evolução futura para formas mais ambiciosas de assegurar verdadeiramente a livre circulação de dados não pessoais no mercado único digital da União Europeia.»

### **• Requisitos de localização de dados**

Objetivo 1: Melhorar a mobilidade transfronteiriça dos dados não pessoais no mercado único.

### **• Disponibilidade dos dados para as autoridades competentes**

Objetivo 2: Assegurar que os poderes das autoridades competentes para requerer e obter acesso a dados para fins de controlo regulamentar, designadamente a realização de inspeções e auditorias, permanecem inalterados.

### **• Portabilidade dos dados para utilizadores profissionais**

Objetivo 3: Facilitar aos utilizadores profissionais de serviços de armazenamento ou de outros tratamentos de dados a mudança de prestador de serviços e a portabilidade de dados. (mp)

Fotografia: Jorge Pegado Liz, relator do Parecer do CESE - Livre fluxo de dados não pessoais na UE

---

## **Não deixar ninguém para trás: CESE quer pôr a economia circular na ordem do**

## Na deixar ninguém para trás esse quer por a economia circular na ordem do dia



Na abertura da Conferência das Partes Interessadas na Economia Circular, que teve lugar no dia 20 de fevereiro na Comissão Europeia, o presidente do CESE, **Georges Dassis**, declarou que «*a transição para uma economia circular é uma grande oportunidade para a sociedade civil. Já é uma realidade no terreno... Contudo, precisamos de garantir que ela é amplamente aceite. Não deixar ninguém para trás é um dos objetivos da Plataforma das Partes Interessadas para a Economia Circular, um espaço fundamental para desenvolver este tipo de visão partilhada da transição para uma economia europeia circular e sustentável*».

O segundo dia da conferência, que teve o CESE por anfitrião, foi consagrado às ideias e iniciativas despontantes por toda a Europa e protagonizadas por PME, empresas da economia social, trabalhadores, agricultores, fabricantes e consumidores, que estão a

aplicar a economia circular no terreno.

O CESE acolheu mais de **300 participantes** em **16 workshops paralelos**, onde puderam **partilhar ativamente conhecimentos e boas práticas** e **assinalar obstáculos** ao desenvolvimento da economia circular.

Os temas em foco incluíam a **reparabilidade** e a **ecoconceção**, o papel da **responsabilidade alargada do produtor em matéria de resíduos**, a abordagem circular no **setor agroalimentar e silvícola**, a **economia circular em termos globais**, a sua **dimensão de emprego**, o **financiamento verde**, a criação de uma **comunidade orientada para a resolução de problemas** e as **PME** perante a economia circular.

Dos debates emergiram duas conclusões: **urge atuar rapidamente** e **é necessária a participação de todos os intervenientes**. A comunidade da economia circular precisa de ser tão inclusiva quanto possível e **partilhar ao máximo as experiências práticas para produzir um efeito multiplicador**.

Acelerar o ritmo e mobilizar forças tão amplas quanto possível – eis as principais tarefas a realizar pelo CESE através da gestão do sítio Web e do desenvolvimento de uma comunidade de partes interessadas verdadeiramente cooperante e empenhada.

O relatório completo das principais conclusões da conferência ficará em breve disponível no sítio Web da [Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular](#). (dm)

---

## CESE exorta Estados-Membros a acelerarem a conclusão da UEM



**É urgente que os Estados-Membros avancem no sentido de uma UEM estável, próspera e mais resistente. Para tal são necessárias mais medidas tanto a nível nacional como da UE. Foi esta uma das principais conclusões de um debate público sobre a conclusão da UEM realizado recentemente no CESE.**

Especialistas económicos e representantes institucionais e da sociedade civil foram consensuais ao considerar que os desafios atuais e os ensinamentos retirados de crises anteriores demonstraram claramente a necessidade de reformar e concluir a UEM e que a recuperação económica em toda a UE e o apoio cada vez maior dos cidadãos ao euro constituem uma excelente oportunidade para o fazer.

Os participantes no debate salientaram a necessidade específica de concretizar rapidamente a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais a fim de avançar para a conclusão da UEM. Exortaram os Estados-Membros e a Comissão a assegurarem a sustentabilidade das finanças futuras e a alcançarem um ponto de equilíbrio entre responsabilidade e solidariedade nas futuras decisões sobre a UEM.

Foram apresentadas quatro medidas suscetíveis de serem aplicadas a nível da UE com vista a potenciar os efeitos das reformas estruturais nacionais: uma estratégia macroeconómica comum para a área do euro capaz de fazer face aos choques assimétricos; uma abordagem comum para financiar o investimento e a inovação a nível microeconómico; um orçamento da área do euro para financiar determinados bens públicos europeus; e um quadro institucional mais eficaz e responsável que prevísse, por exemplo, um ministro das Finanças da área do euro.

Os relatores do CESE, **Mihai Ivaşcu** (Interesses Diversos) e **Stefano Palmieri** (Trabalhadores), incluirão os resultados do debate num [parecer](#) sobre o [Pacote União Económica e Monetária](#) da Comissão, que será submetido a votação na reunião plenária de abril. (jk)

---

## CESE no Dia Europeu da Indústria



**«A indústria europeia enfrenta desafios de enorme magnitude que nenhum Estado-Membro consegue ultrapassar sozinho. Mas as oportunidades também são imensas. Temos de as agarrar para manter a liderança nos muitos setores em que estamos à frente e recuperá-la nos domínios em que estamos à beira de a perder para a concorrência».**

«No entanto, esta cruzada só poderá ser vitoriosa se os 28 Estados-Membros atuarem em conjunto e não cada um por si. Exorto, por isso, a Comissão e os Estados-Membros a fundirem as inúmeras políticas existentes numa única estratégia a mais longo prazo e a mobilizarem os países no sentido de uma ação coerente em prol dos polos industriais além-fronteiras», afirmou [Gonçalo Lobo Xavier](#), vice-presidente do CESE, no Dia Europeu da

Indústria.

No seu Parecer – **Investir numa indústria inteligente, inovadora e sustentável**, adotado a 15 de fevereiro, o CESE também defende a conclusão do mercado único, incluindo o mercado de capitais. É particularmente necessário reforçar a normalização e a

autorregulação.

«A economia hipocarbónica e circular oferece muitas oportunidades de negócio. Para as podermos agarrar, precisamos de um quadro comum e de uma estratégia a mais longo prazo, bem como do compromisso dos Estados-Membros no sentido de uma ação coerente. Além disso, as nossas empresas precisam de dispor de condições de concorrência equitativas. A Comissão deve, portanto, combater ativamente as práticas comerciais desleais», salientou **Bojidar Danev**, relator do parecer.

Uma vez que a estrutura do mercado de trabalho assistirá a uma transformação profunda, o CESE defende avaliações de impacto adequadas, a fim de evitar eventuais repercussões negativas para os trabalhadores. Há que recorrer de modo mais generalizado a soluções de formação em contexto laboral para permitir a todos os trabalhadores melhorar as competências e as capacidades digitais.

«As pessoas têm de estar no cerne da mudança», frisou a correlatora do parecer, **Monica Sitarová Hrušecká**. «Há que explorar as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias não só para criar novos produtos, mas também para melhorar as condições de trabalho do pessoal». (sma)

*Na fotografia: Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente do CESE*

## Notícias dos grupos

### [Empregadores debatem medidas para colmatar o défice de competências](#)



*Pelo Grupo dos Empregadores*

**O Grupo dos Empregadores organizará, em conjunto com as principais associações de empregadores búlgaras, uma conferência em Sófia, Bulgária, em 22 de março, intitulada «Colmatar o défice de competências para o crescimento e a criação de emprego - Um ponto de vista empresarial». Os membros do painel partilharão boas práticas e debaterão soluções concretas para colmatar o défice de competências. O evento faz parte da agenda da Presidência búlgara do Conselho da União Europeia.**

Quais são os motivos da atual inadequação de competências? Como promover as competências adequadas e necessárias numa economia baseada no conhecimento? Como adaptar os sistemas educativos aos desafios da atualidade? Que tipo de reformas são necessárias? O que deve ser feito a nível europeu e nacional? Estas são apenas algumas das questões a que os participantes da conferência procurarão responder. A conferência reunirá oradores provenientes de organizações de empregadores nacionais e europeias, do Governo e parlamento búlgaros e de agências da UE.

O défice de competências constitui um desafio cada vez maior para as empresas europeias. Para que sejam competitivas, é essencial que as empresas tenham trabalhadores com competências adequadas. Quarenta por cento dos empregadores têm dificuldade em encontrar pessoas com as competências necessárias ao seu crescimento e inovação. Ao mesmo tempo, 70 milhões de europeus carecem de competências adequadas de leitura e de escrita e são ainda mais aqueles a quem faltam competências aritméticas e digitais. (lj)

---

### [Gabriele Bischoff no Dia Internacional da Mulher](#)



**No Dia Internacional da Mulher homenageamos as mulheres, recordando não só o que já alcançámos, mas também o que ainda há por fazer. Este ano, o Grupo dos Trabalhadores decidiu centrar a sua atenção nos homens em particular. Porquê focar-se nos homens num dia que homenageia as mulheres? Porque a igualdade de género não é uma questão que diga respeito apenas às mulheres. Sem envolver os homens nunca será possível alcançar uma verdadeira igualdade de género.**

Na União Europeia, em média, apenas 10% dos homens recorrem à licença de paternidade e/ou parental. Em alguns Estados-Membros, este valor fica-se pelos 5%. A responsabilidade por cuidar dos filhos e de outras pessoas dependentes, bem como pela maior parte do trabalho doméstico, cabe sobretudo às mulheres. Para alcançar a igualdade de género é necessário combater estes estereótipos.

A proposta legislativa da Comissão relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores constitui certamente um passo na boa direção. A proposta prevê que o pai tenha direito à licença de paternidade remunerada aquando do nascimento do filho. Prevê ainda a licença parental **remunerada**. O pai já pode beneficiar de uma licença parental até o filho completar oito anos; no entanto, não é obrigatório que a mesma seja remunerada. Esta é uma das principais razões por que tão poucos homens recorrem a ela. A Comissão propõe que a licença parental seja remunerada e válida até aos doze anos de idade da criança. Propõe ainda um novo direito a cinco dias de licença de cuidador.

Eis o valor acrescentado da Europa: definir normas mínimas comuns. É esta a nossa Europa: social, justa e democrática.

No dia 8 de março, lembro-me sempre da linda canção do nosso movimento:

Queremos pão, mas também rosas! E este ano, além disso, queremos a Diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

#IwantWorkLifeBalance

Com solidariedade

Gabriele Bischoff é presidente do Grupo dos Trabalhadores do CESE

---



## Grupo dos Interesses Diversos do CESE apela para inovação na sociedade civil



*pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE*

Na **reunião extraordinária** do Grupo dos Interesses Diversos, realizada em 15 de fevereiro, foi apresentado um **estudo sobre a evolução futura da sociedade civil na União Europeia até 2030**. O CESE encomendou a realização deste estudo ao **Centro de Informação, Cooperação e Desenvolvimento das ONG (CNVOS - Eslovénia)** e à **Rede Europeia das Associações da Sociedade Civil Nacionais (ENNA)**.

O seu objetivo era entender melhor a situação das organizações europeias da sociedade civil, os desafios que enfrentam, o modo como esses desafios as afetam e como estas poderão enfrentá-los.

O estudo, bem como os oradores – entre os quais Ramón Luis Valcárcel Siso, vice-presidente do Parlamento Europeu responsável pelas relações com o CESE e o CR – e os participantes no evento apontaram para sinais claros e encorajadores, nomeadamente e antes de mais, a vontade das organizações da sociedade civil e das instituições de aplicar, defender e cumprir os valores europeus enunciados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia (dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos), bem como de preservar e desenvolver o sistema democrático europeu, no âmbito do qual as organizações da sociedade civil formam elos de ligação nas nossas sociedades, desempenhando um papel intermediário entre os cidadãos e as instituições.

As organizações da sociedade civil promovem e defendem os valores fundamentais europeus e forjam e consolidam a identidade, a confiança e a solidariedade. A fim de garantir a sua adaptação às mudanças e aos desafios, e para que continuem a desempenhar o seu papel promotor e participativo no processo decisório, haverá que pôr em prática uma série de medidas. Devem ser concebidos métodos de trabalho inovadores, incidindo na diversificação das fontes de financiamento, adaptando as estratégias de gestão e desenvolvendo novos serviços relacionados com a educação cívica, a literacia mediática e a verificação de factos. (ih)



## Em breve no CESE / eventos culturais

### Alfabeto cirílico - o novo alfabeto na União Europeia



No âmbito da Presidência búlgara da UE, o CESE acolhe a exposição «Alfabeto cirílico – o novo alfabeto na União Europeia», de 15 de março a 24 de maio de 2018. A exposição consiste numa série de cartazes, criados em 2007 por estudantes do Departamento de Livros e Artes Gráficas da Academia Nacional das Artes da Bulgária, por ocasião da adesão do país à UE. (ck)

## Editores:

Eleonora Di Nicolantonio (edn)  
Daniela Marangoni (dm)

## Colaboraram nesta edição:

Chrysanthi Kokkini (ck)  
Daniela Marangoni (dm)  
Daniele Vitali (dv)  
Indre Anskaityte (ia)  
Isabelle Henin (ih)  
Jasmin Kloetzing (jk)  
Katerina Serifi (ks)  
Laura Lui (ll)  
Leszek Jarosz (lj)  
Marco Pezzani (mp)  
Margarida Reis (mr)  
Margarita Gavanis (mg)  
Maria Bofill (mb)  
Siana Glouharova (sg)  
Silvia M. Aumair (sma)

## Coordination:

Agata Berdys (ab)  
Katerina Serifi (ks)

## Endereço:

Comité Económico e Social Europeu  
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard,  
99, B-1040  
Bruxelas, Bélgica  
Tel. +32 2 546 94 76  
Correio eletrónico:  
eescinfo@eesc.europa.eu

Março 2018/3

04-2018

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

O próximo número sairá em abril de 2018.